

5 - Conclusão

A inserção do Serviço Social nas Políticas Educacionais perpassa pela busca da efetivação de direitos. O direito a educação é atravessado pela realidade social, política, econômica e cultural que no cotidiano escolar fica em segundo plano, apesar da função social da escola. A complexidade da realidade social nem sempre é considerada nas políticas educacionais, mas as desigualdades sociais, raciais, culturais e econômicas são refletidas no dia a dia das escolas. Esses fatores condicionam o acesso e permanência dos alunos na sala de aula.

O papel do assistente social é - a partir de seus saberes específicos- de contribuir com os demais profissionais de educação para a garantia do acesso qualitativo a educação. As diferentes formas de exclusão social devem ser objetos de atenção da escola, o assistente social cumpre um importante papel ao intervir junto as expressões da questão social que emergem nesse contexto escolar .

Segundo CFESS (2001) quando fala do trabalho do assistente social na Política Educacional:

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. (p.11).

Os assistentes sociais assim como os demais profissionais da Educação também sofrem os reflexos da atual política, como as estratégias de desmonte, a precarização, a redução de recursos e crescente processo de privatização. Para, além disso, também encontram dificuldades no enfrentamento da questão étnico-racial, devido em parte a baixa produção teórica do serviço social sobre relações étnico raciais. Dessa forma pode-se verificar da proximidade dos problemas enfrentado tanto pelos educadores quanto pelos assistentes sociais.

Considerando que dentre as atribuições do serviço social na escola está a análise e diagnóstico as causas dos problemas sociais localizados na dinâmica escolar. Pode-se considerar que o assistente social enquanto profissional da Educação tem um trabalho considerável em prol do combate ao racismo e a discriminação, todavia de forma geral não enxerga essa atribuição, principalmente pela ênfase dada pelos teóricos do Serviço Social aos determinantes econômicos. Contudo os profissionais também esbarram no preconceito, na discriminação e no

racismo institucional para o seu exercício profissional. Reitera-se a dificuldade do Serviço Social em se apropriar da temática étnico-racial apesar do perfil da população atendida.

No contexto onde a escola deve articular o conhecimento com a realidade social, aspecto fundamental na formação de cidadãos. A garantia de uma escola inclusiva também está na construção de novas formas de relações raciais. A construção da nova visão do Brasil a partir dos preenchimentos das lacunas históricas sobre o papel do negro no mundo são desafios impostos aos educadores – sejam eles professores, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, dentre outros.

No decorrer da pesquisa alguns pontos importantes foram ratificados, tanto com relação ao Projeto A Cor da Cultura quanto no próprio processo de implementação da Lei 10639/03 e as políticas públicas envolvidas.

Com relação ao projeto A Cor da Cultura em todas as entrevistas – Capacitador, membro do Comitê, coordenador e professores – pode-se identificar que ele se constitui em uma fonte qualificada de recurso pedagógico. Mesmo com as críticas, apontadas pelo capacitador, quanto à profundidade do conteúdo apresentado no material, ele configura como um eficaz instrumento de suporte para o Ensino de História e Cultura Negra. Essa concepção foi reiterada sem as ressalvas pelo membro do Comitê, pelos professores e pela coordenadora.

Quando se avalia o material do projeto A Cor da Cultura em relação a sua contribuição para a implementação da Lei 10639/03, pode verificar que ele oferece subsídios consistentes. Todavia apenas as capacitações e distribuições dos kits não são suficientes. A garantia do cumprimento da legislação esbarra no racismo e na discriminação que fazem parte da sociedade brasileira, que refletem na forma como os gestores investem no processo de capacitação, no rigor da cobrança, na infra-estrutura dos centros de formação e finalmente na resistência dos professores.

A SECAD e a SEPPIR nos últimos anos vêm investindo em cursos e livros para garantir o acesso aos conteúdos da temática, que nem sempre são utilizados. É necessário refletir se cursos de capacitações e material bibliográfico são suficientes para a garantia da adesão dos professores.

A implementação da lei 10639/03, a partir das avaliações feitas das entrevistas da pesquisa, tem acontecido apenas nas escolas cujos professores compreendem a necessidade de trabalhar o conteúdo em sala de aula e buscam

meios para fazê-lo. Sua efetivação depende da superação de vários entraves e algumas contradições. Para compreender esse processo é necessário retomar alguns pontos.

O primeiro é que os cursos de capacitação e disponibilização de materiais didáticos são realmente necessários. A formação dos professores não consegue suprir com os conhecimentos básicos para trabalhar as relações étnico-raciais em sala de aula.

A promulgação da Lei 10639/03 gerou uma série de demandas ao Estado, principalmente por capacitação. Em todas as falas pudemos identificar a necessidade de capacitação que possibilite a efetivação do direito. Não somente através de cursos para os professores da rede, mas vislumbrando os profissionais que estão sendo formados cotidianamente dentro dos cursos técnicos de professores e das universidades brasileiras.

É primordial a incorporação dos conteúdos sobre a temática étnico-racial nas grades curriculares dos cursos de formação de professores. Não há como garantir o ensino de História e Cultura Negra sem que haja um conhecimento para repassar. Quanto a esse ponto não há como discutir.

Todavia o acesso a esse conhecimento não garante que eles foram incorporados pelos professores e nem que irão trabalhar com eles em sala de aula. Existe muita resistência em desenvolver o tema seja pela reprodução do mito da democracia racial, ou ainda por caráter religioso. Na verdade os professores optam se darão o conteúdo, ou qual conteúdo será dado. A efetivação da lei relaciona-se com a escolha do professor.

Consegue-se encontrar projetos de professores que trabalham de forma isolada nas suas escolas. Em diversas entrevistas isso foi apontado. Obviamente que a iniciativa é importante, contudo é importante um investimento maior, principalmente a nível local dos gestores para seja realmente considerada uma Política Pública.

Um dos professores entrevistados, mesmo com uma Pós-graduação em Raça, Etnia e Educação no Brasil afirma que não se sente confortável em lidar com essa questão, simplesmente se omite. É necessário refletir mais profundamente no porquê que uma professora - que identifica enquanto negra - com um conhecimento aprofundado em questão étnico-racial se diz “desconfortável” em aplicar a lei.

Como resposta a essa questão pode-se apontar duas hipóteses. A primeira que a professora, mesmo com todo o conhecimento sobre a temática, reproduz a visão negativa do que é ser negro. Seria um problema de auto-estima ao “advogar em causa própria”. A segunda hipótese seria relacionada à questão religiosa. Uma relação direta entre as religiões afro-brasileiras e a satanização das mesmas. Todavia essa pode ser considerado um limite da pesquisa.

Na verdade, o que se pode extrair é a necessidade de uma formação continuada onde exista um trabalho no campo do universo simbólico desses professores, buscando que eles se apropriem do contexto onde estão inseridos construindo novas representações de mundo.

O segundo ponto é que existe um Plano Nacional de Implementação da Lei 10639/03 com diretrizes para os Estados e Municípios, que o cumpre de uma maneira precária. Essa demanda pulsante por capacitação esbarra em pontos cruciais para se pensar a atual Política de Educação dos estados e municípios brasileiros. A carga horária dos professores tem que ser cumprida na sua integralidade dentro da sala de aula. Apesar da extrema necessidade de capacitações, no cotidiano das escolas isso não ocorre porque não conseguem liberação da carga horária.

Para que haja liberação dos professores é preciso um processo de negociação com as direções das escolas, mesmo quando a atividade planejada pela Secretaria da Educação os quais fazem parte. Por outro lado, a liberação da carga horária para capacitação ocasiona um buraco ainda maior no quadro de professores e vários alunos tem que ficar sem aula.

Essa situação é um reflexo da precariedade dos quadros funcionais que as escolas possuem. A falta de professores imputa uma sobrecarga de trabalho aos profissionais que estão na sala de aula. Além disso, acarreta uma dificuldade da continuidade da formação e qualificação dos professores.

Uma qualificação deficitária culmina na precariedade do ensino, inclusive de História e Cultura Negra, fazendo com que essas crianças e adolescentes tenham seus direitos violados todos os dias sejam com professores sem capacitação ou ainda pelo fato de estar sem professores na sala de aula.

Essa dificuldade foi ressaltada principalmente pelo membro do Comitê e pelas professoras. Para que haja professores capacitados é necessária uma negociação anterior com a direção da escola, para que ao menos um professor

compareça e se transforme em multiplicador para os demais ou ainda, segundo fala do membro do comitê, as capacitações eram feitas na própria escola para que os professores não precisem se deslocar.

Como os professores não conseguem liberação para frequentar as capacitações (cursos de extensão, especializações, oficinas, etc.) apenas os que têm algum tipo de comprometimento que optam por em seu tempo livre superar esse déficit na formação fora do seu horário de trabalho, que é uma minoria. Essa questão é reforçada por um dos professores “(...) estou dentro de sala de aula, não me tiram da sala de aula pra eu pensar num projeto de implementação na escola, não é importante, o importante é estar em sala de aula! Ai eu teria que fazer fora do meu trabalho, aí também eu não faço”.

O acúmulo de funções e sobrecarga de trabalho também reflete no trabalho dos profissionais dos níveis centrais – secretarias e metropolitanas. O planejamento e desenvolvimento do trabalho para implementação da Lei 10639/03 fica perdido no meio das diversas atividades que esses profissionais têm que desenvolver. O próprio Comitê tem seu trabalho prejudicado, seus membros fazem parte das metropolitanas e regionais de educação, a implementação da 10639/03 e também da 11645/08 tem concorrer com diversas outras atividades.

Para fazer a análise da falta de capacitação do professores tem-se ainda que considerar o próprio racismo institucional presente nas escolas. A dificuldade de acesso a cursos é algo real, mas sozinha não responde a falta de capacitação dos professores. Cabe-se ponderar que muitos não consideram importante a incorporação da temática no cotidiano da escola. O mito da democracia racial infelizmente é vigente na sociedade brasileira.

Não há respaldo das instituições de Ensino para a efetivação da lei, assim, mesmo aqueles que a colocam em prática, acabam por secundá-la mediante outras demandas. A resistência em abordar a temática tanto advinda dos professores quanto dos diretores perpassa essa questão. Principalmente se o conteúdo tratado forem Religiões de Matrizes Africanas.

O Capacitador e a coordenadora em suas entrevistas apontam isso. Os professores que foram encaminhados para participarem das capacitações do projeto constantemente falavam de como esse debate era inapropriado, ou ainda, como no exemplo dado, pelo capacitador, dos professores do Mato Grosso que

alegam serem indígena e dessa forma não precisariam conhecer e lecionar História e Cultura Negra.

Podemos considerar nesse exemplo duas questões significativas. A primeira relaciona-se a negação da importância do debate sobre o negro, mantendo a subalternidade. O segundo ponto é que independente de sua raça/etnia a História e Cultura Negra, assim como também a indígena, fazem parte da História do país. A sua origem étnico-racial não pode ser determinante a qual parte da história deve-se falar.

Não há, contudo como negar que sua identidade cultural vai definir o lugar de onde falamos. As vivências vão definir a sua identidade, seu pertencimento e certamente seu direcionamento político frente à questão.

Segundo Lefebvre (2008) é inventar o novo, buscando agregar os diversos valores, culturas que estão dispersas, superando o estado de coisas. Ao se pensar em uma nova forma de Educação, resgatando outros valores civilizatórios, que não os branco-europeus, enxergando as diversidades podem-se construir uma nova cultura, sem discriminação de qualquer natureza. O autor aponta o direito de todo cidadão (e segmentos populacionais) de acessar “todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas” (p. 31), garantindo dessa forma também o direito à cidade.

Ao pensarmos na implementação da legislação temos que levar em consideração a dimensão política do espaço enquanto instrumento de controle de uma força de trabalho e a reprodução da força de trabalho pelo consumo e das relações sociais. Aspira-se uma sociedade em que a heterogeneidade e diversidade sejam valores positivos e que o negro possa se reconhecer nela.

Como a perspectiva de ascensão social estava ligada ao ideal branco, os negros brasileiros sobrepuseram sua identidade negra pela identidade nacional. Esse processo culminou em uma perda do reconhecimento e pertencimento de um segmento excluído. A unidade tornaria mais forte os movimentos negros possibilitando maior representatividade na luta contra a discriminação racial.

A efetivação da História e Cultura Negra no currículo escolar pode garantir a valorização e uma re-significação do que é ser negro no Brasil, possibilitando que as crianças que a acessam cresçam com outra identidade cultural, onde ser negro não é algo pejorativo, em uma relação equânime. É importante reiterar que essa transformação nas relações étnico-raciais é positiva tanto para negros quanto

para brancos. Ou se colocar a 10639/03 como uma política universal, mostra-se a sociedade que o racismo e discriminação são males que atinge a todos. Com a Lei 10639/03 se introduziu uma identidade afro-brasileira, que acaba se conflitando com o modelo de Estado Nação. Esses grupos precisarão construir novos marcadores para conciliar o ser brasileiro e o ser negro. A escola pode ser um espaço privilegiado para se equacionar essa questão.